

**As estratégias de produção do passado: usos dos bens que compõe o Projeto  
Roteiros Nacionais de Imigração**

**DANIELA PISTORELLO<sup>1</sup>**

O artigo que apresento faz parte da discussão da minha pesquisa de doutorado que pretende problematizar o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, uma proposta nacional de reconhecimento e proteção do patrimônio dos imigrantes alemães, italianos, poloneses e ucranianos em Santa Catarina realizado através da parceria entre o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

O projeto Roteiros é o resultado de um processo que compreende o inventário do patrimônio cultural desses imigrantes; a seleção dos seus bens e sua indicação para o tombamento ou registro em nível municipal, estadual e/ou federal; e a instituição de uma rota turística que abranja os caminhos nos quais os bens culturais inventariados estejam presentes, dotados de legislação de proteção específica, cujo atrativo seria marcado pelas referências culturais mapeadas. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:276).

Ou seja, existe uma política pública que define valor nacional a questões regionais<sup>2</sup> – especificamente étnicas – e que suscitam debates importantes em torno de temas como identidade, memória, esquecimento, patrimônio, e turismo.

É disto que trata este texto. Da percepção das diferentes apropriações dos bens indicados para estes fins; estas mesmas, feitas, de um lado pelo poder público e de outro, pelos sujeitos do processo.

O roteiro deste texto segue mais ou menos o percurso realizado na viagem – não necessariamente assentado sobre os mesmos passos que as instituições – e, ao mesmo tempo em que apresento os bens tombados pelo IPHAN, nos trechos específicos do caminho, encontro e entrevisto pessoas que se relacionam com estes bens, de maneira

---

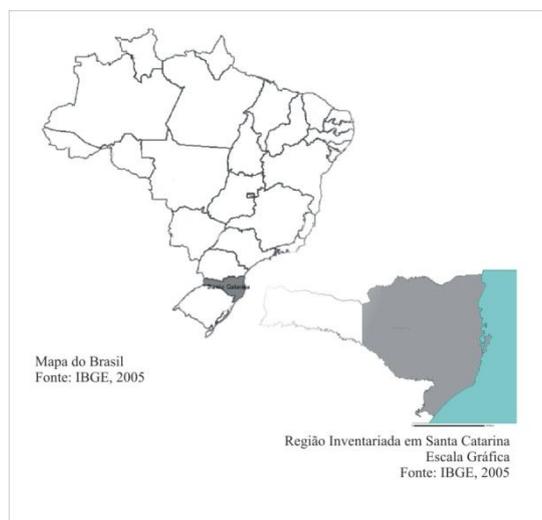
<sup>1</sup>Doutoranda do programa de pós-graduação em História da UNICAMP. Pesquisa financiada pela FAPESP.

<sup>2</sup> Com base nos dos levantamentos realizados pelo IPHAN, foram indicados mais de 600 bens para serem tombados nas diferentes instancias publicas: 60 pelo IPHAN, 200 pela FCC e os demais (cerca de 300) pelos municípios.

muito diversa. No trajeto, percebo a presença (in)visível de propriedades que não foram contempladas pela seleção do órgão de preservação e, concluindo, proponho algumas reflexões que percebam este conjunto de bens que contemplam os Roteiros Nacionais de Imigração como uma estratégia de construção de um passado que atenda às demandas envolvidas neste processo de patrimonialização.

Para atingir tal objetivo, a metodologia utilizada abrange, principalmente, o diálogo entre três fontes: o Dossiê de Tombamento publicado pelo IPHAN (2007), as fichas de inventário das propriedades em questão (2007) e as entrevistas realizadas com alguns dos sujeitos do processo, no caso, os proprietários e/ou moradores dos bens em questão (2011).

Este campo circunscreve-se às cidades do Sul do Estado, originadas da antiga colônia Azambuja (Orleans, Urussanga, Nova Veneza e Pedras Brancas) fundada por imigrantes italianos.<sup>3</sup> Por este motivo contém exemplares do patrimônio cultural, considerados pelo IPHAN de relevância nacional e legitimados como tal, através do instrumento de tombamento.



**Figura 1. Mapa da região inventariada pelo IPHAN**

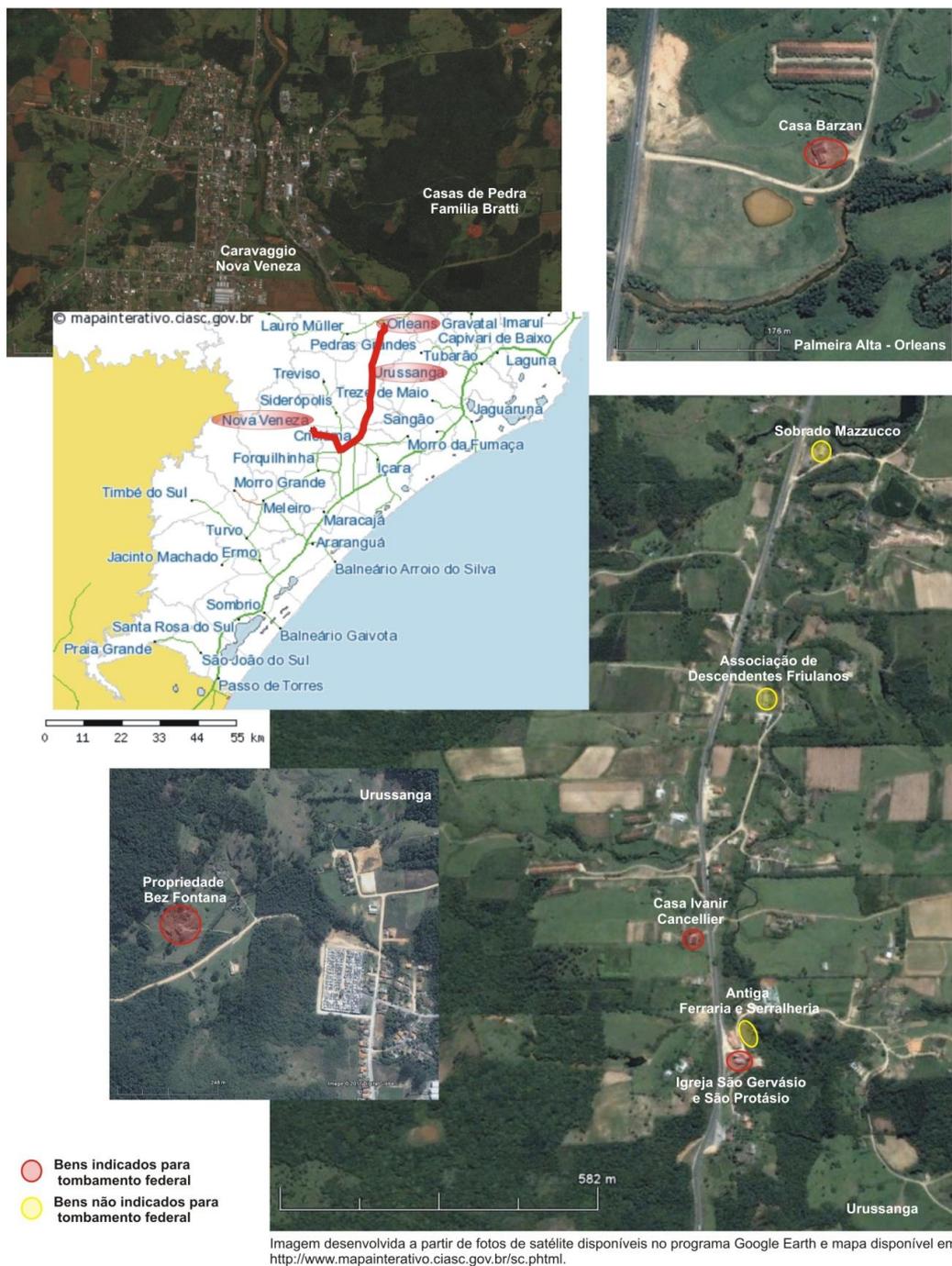
---

<sup>3</sup>Embora o processo migratório não esteja em discussão neste texto, vale ressaltar que os primeiros imigrantes italianos chegaram ao sul de Santa Catarina a partir da demarcação de terras, iniciada em 1877. Estabeleceram-se na confluência do Rio das Pedras Grandes com o Rio Tubarão e fundaram a primeira colônia do sul do Estado. A partir da fundação de Azambuja, abriram-se caminhos vicinais ao longo dos rios para onde foram encaminhadas as levas de colonos italianos que chegavam. Por isso é comum na historiografia encontrar referências de que as cidades do sul originam-se da colônia Azambuja. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:90).

Ao longo do percurso, encontro muitos exemplares de bens patrimoniais com referência aos imigrantes citados, no entanto, o dossiê do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração define, como critério de seleção aqueles bens que

*representam com sua singularidade – estética, artística, funcional, construtiva, paisagística e/ou histórica – um expressivo conjunto de bens edificados decorrentes do processo de imigração para o Brasil e, mais especificamente, para Santa Catarina. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:274).*

De acordo com esses critérios, os bens mapeados e indicados para tombamento, em nível federal pelo IPHAN e que compõem o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração são a IGREJA SÃO GERVÁSIO E SÃO PROTÁSIO, a casa IVANIR CANCELLIER, casa BARZAN, casa BEZ FONTANA, e o conjunto de casas de pedra da família BRATTI, indicados nos mapas a seguir:



**Figura 2. Localização dos bens inventariados**

Importante ressaltar que, embora o Dossiê de Tombamento faça referência à importância do patrimônio imaterial e da Paisagem Cultural da região, a seqüência de bens selecionados envolve exclusivamente o patrimônio edificado, assim como também trata a Paisagem Cultural de uma forma muito restrita ao meio natural, apesar de, no dia

03 de maio deste ano, duas localidades que integram o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, tenham obtido a primeira Chancela de Paisagem Cultural do Brasil.<sup>4</sup>

De posse desses dados, parto de Florianópolis em direção a Urussanga, percorrendo o caminho que passa por Pedras Grandes, Azambuja, Rancho dos Bugres até chegar a meu destino, que neste momento era a Igreja São Gervásio e São Protásio. Ela está localizada no núcleo de Rio Maior, entre Orleans e Urussanga, às margens da rodovia SC 446.



Figura 3. Igreja São Gervásio e São Protásio. Daniela Pistorello, 2011.

Fechada para visitação, embora a comunidade católica a use regularmente para culto, essa igreja ficou pronta em 1912 e segundo relatos de moradores vizinhos, muitas pessoas vindas da Itália ajudaram a construí-la. O cadastro da Igreja faz parte do acervo do IPHAN; é tombada em nível estadual e a proposta de tombamento em nível federal é solicitada mediante a justificativa de que

*construída por imigrantes provenientes da Itália, os elementos formais clássicos, e a técnica construtiva em alvenaria de pedras aparentes, o esmero construtivo e os requintes dos acabamentos destacam a Igreja (...) no contexto da arquitetura religiosa da imigração italiana no Brasil. O campanário lateral realça o partido clássico do templo. (...) Sugere-se seu reconhecimento enquanto monumento nacional, (...) em virtude de sua excepcionalidade construtiva e estilística, (...) [sugere-se] a [sua] inscrição nos Livros do Tombo Histórico e no das Belas Artes.” (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:43).*

<sup>4</sup> A portaria 127, de 30 de abril de 2009 define a chancela da Paisagem Cultural como “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural ao qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.” (<http://portal.iphan.gov.br/portal>). Testa Alto e Pomerode foram as duas localidades chanceladas pelo Decreto.

Logo em frente à Igreja, encontra-se em um território margeado pelo Rio Caeté, uma edificação quase em ruínas, de propriedade não identificada e onde funcionou uma ferraria e uma marcenaria, movidas à roda d'água. Sua construção data de 1927 e no seu interior há algumas estruturas e equipamentos remanescentes das atividades lá desenvolvidas, na época de seu funcionamento. O único registro deste bem aparece na dissertação de mestrado de Virginia de Luca<sup>5</sup> e embora não haja interesse, nem do IPHAN nem da FCC em inventariá-lo, utilizo-o aqui como exemplo de que obviamente existem seleções no ato de indicar um bem como significativo ou não.



Figura 4. Antiga Ferraria, Daniela Pistorello, 2011.

Na estrada geral do Rio Maior na SC 446, encontra-se a casa de Ivanir Cancellier. Não foi difícil encontrá-la, pois há uma placa na entrada da propriedade anunciando-a. Fui recebida pelo senhor Cancellier que concordou apresentar a casa construída pelo seu avô.

Seu Ivanir é muito prestativo em mostrar a casa que para ele “é um lugar onde a família mora” e diz que “não entende porque tantas pessoas param o carro para tirar fotografia”.<sup>6</sup> Relata ainda que há uns quinze dias, uma família visitou a casa e perguntou se eles não se incomodavam em receber as pessoas. Ele respondeu que não, “mas que se cada um que quisesse tirar fotografia deixasse um real, não seria ruim! (...) Mas isso não sei se pode....!”, (...) “As pessoas vêm a placa, param o carro e entram. Às vezes nem elas sabem o que é que tem aqui”, comenta em relação aos visitantes que querem

---

<sup>5</sup> De Luca, Virginia Gomes. O patrimônio arquitetônico e a paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de pós graduação em Arquitetura e Urbanismo. Florianópolis, 2007.

<sup>6</sup> Entrevista concedida a autora em janeiro de 2011.

fotografar a casa e que, segundo ele, são pessoas em geral, que normalmente estudam arquitetura ou temas afins.

Ele observa que a casa precisa de reparos mas considera a burocracia para a busca de recursos muito complexa. Diz não entender, como uma propriedade que recebe recursos públicos para restaurar uma casa [ele se refere a Associação de Descendentes Friulanos de Urussanga], a mantém fechada para visitação. “Aqui não, o pessoal pode entrar   hora que querem”!



Figura 5. Casa Ivanir Cancellier, Daniela Pistorello, 2011.

A casa não tem cadastro no acervo do IPHAN, mas   tombada em nível estadual pela FCC e a federação pleiteia tombamento federal nos Livros do Tombo Histórico e das Belas Artes porque a casa

*É exemplar raro no conjunto da arquitetura residencial do imigrante (...) caracterizada pelo refinamento erudito das proporções clássicas da fachada e do apuro na execução das paredes de alvenaria autoportante de pedras. A planta e a estrutura dos telhados apresentam exemplaridade (...). As esquadrias têm se revestem de exemplaridade, tendo sido confeccionadas com esmero invulgar.” (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:265).*

Trafego em direção a Palmeira Alta, ao longo da rodovia SC 446 Km 11, na Localidade de Rio Maior e visito duas propriedades que são tombadas em nível estadual e que teoricamente não fariam parte deste estudo, pois não estão contempladas no mapeamento do IPHAN, mas, por inquietações em relação   apropriação do bem, insiro neste estudo: a primeira é uma construção iniciada em 1899 de propriedade, na época, de Francisco Fiori de Lorenzi Cancellier. Foi adquirida pela Associação de Descendentes Friulanos de Urussanga em 1999, data em que foi restaurada com recursos da Lei de Incentivo   Cultura, com auxílio da Fundação Catarinense de Cultura

que a transformou em sede da Associação. Por vários motivos, encontra-se fechado para visita pública.



Figura 6. Associação dos Descendentes Friulanos, Daniela Pistorello, 2011.

A segunda propriedade é conhecida como Sobrado Mazzucco, e localiza-se a alguns metros da propriedade descrita anteriormente. Além de ter funções residenciais, abrigou no final do século XIX, armazém, fábrica de banha e farmácia. Na década de 1940 a função industrial foi desativada, mas alguns dos equipamentos permanecem na casa. Há, dentro de um dos balcões que eram utilizados no armazém, um conjunto de documentos – em estado bastante crítico – estes, não são listados em nenhuma das fichas de inventário feitas pela FCC, uma vez que o IPHAN não indicou para tombamento federal este bem.



Figura 7. Sobrado Mazzucco, Daniela Pistorello, 2011. Documentos, Virginia de Luca, 2011.

Ao chegar em Palmeira Alta, localizo o sobrado da família Barzan, cujo proprietário João Barzan me recebe e apresenta a casa, construída por seu avô no final da década de 1920. Na parte onde funcionava uma cantina de vinho que era utilizada para sua fabricação e armazenamento, restam apenas equipamentos remanescentes da atividade desenvolvida até os anos 1980. Para João Barzan o mobiliário industrial não tem importância pois não tem uso. Aliás, mudou também sua opinião em relação ao tombamento proposto pelo IPHAN: “eu achava que este tombamento me traria algum

benefício, mas toda a reforma que faço gasto um dinheirão e ninguém me ajuda com nada. (...) esta lei aí mais atrapalhou do que ajudou”.<sup>7</sup>

O casal Barzan atende as pessoas que chegam até a propriedade mas não permitem a visitação ao interior da casa, pois consideram isso invasivo e inseguro. E como trabalham na granja exige dedicação integral, fica muito complicado parar o trabalho para atender às pessoas que batem na porta. Seus pais tinham um vínculo maior com a propriedade e o fabrico do vinho, mas, depois que faleceram, ele não vê muito sentido em continuar morando ali com sua esposa e filhos, por isso tem tentado vender a propriedade. A casa é tombada em nível estadual e não tem cadastro no acervo do IPHAN. A justificativa para seu tombamento e Registro no Livro do Tombo das Belas Artes seria porque é

*um exemplar dos mais significativos sobrados de arquitetura ítalo-brasileira. Integralmente edificado em alvenaria de pedras aparentes, destaca-se por utilizar pedra granítica, ao invés do arenito farto na região e utilizado em todas as demais construções edificadas nesta técnica em toda a região. (...) a edificação guarda características de excepcionalidade, derivadas da originalidade da planta baixa, volumetria e elementos integrados. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:269).*



Figura 8. Casa Barzan, Daniela Pistorello, 2011.

Passando pelo centro de Urussanga tem-se acesso à estrada que leva à localidade de Rio Américo Baixo, depois de passar pelo cemitério municipal. Esta estrada, com características rurais, contorna morros, revelando belas paisagens. A Propriedade Bez Fontana encontra-se logo após uma curva acentuada da estrada, imersa em uma paisagem bucólica. Fui recebida pela Dona Olga Bez, que mostrou o sobrado de madeira, o rancho de estrebaria e a marcenaria. O galpão onde funciona a marcenaria

<sup>7</sup> Entrevista concedida à autora em janeiro de 2011.

abriga também a serraria, ambas construídas em 1901 e tocadas originalmente pela energia gerada por meio de uma roda d' água. A marcenaria funciona até hoje e é fonte de renda da família. Ao lado da marcenaria há outro galpão utilizado para descascar arroz e a atafona, movida também por uma roda d' água que permanece em atividade.

A casa passou por um processo de restauro em 1996, com verbas do Governo do Estado de Santa Catarina, pois é tombada em nível estadual. Já possui cadastro no acervo do IPHAN e sua justificativa de tombamento federal nos Livros do Tombo Histórico, de Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico é porque

*O interior da Casa Bez Fontana é um dos mais autênticos e conservados encontrados na região de imigrantes oriundos da Itália”(...) “Trata-se de imóvel com qualidades sem equivalentes em qualquer outro lugar do país, (...) Construída em madeira, com taboas “serradas à mão”, com grande esmero construtivo e dentro de tipologia diretamente relacionada com a arquitetura ítalo-brasileira, aliadas a exemplar conservação da ambiência interior da casa, da marcenaria, serraria e rodas d’água em funcionamento, o maquinário integrado e a implantação do conjunto, em paisagem envoltória notável, determinam a excepcionalidade de todo o sítio.” (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:261).*



Figura 9. Bez Fontana, Daniela Pistorello, 2011.

No segundo dia de estrada, o destino é Nova Veneza. Encontro o senhor Bortolotto, filho do proprietário das três edificações de pedra da Família Bratti, no restaurante de sua propriedade. Antes de visitar o local, ele me recebe muito entusiasmado quando o assunto foi falar das casas de pedra. O bisneto do imigrante italiano que construiu as edificações com mais de 115 anos de existência relata que, na época, a família se surpreendeu, ao chegar no local devido ao relevo acentuado e a quantidade de pedras que haviam no terreno. A família, então, se ocupou em limpar o terreno tirando, pedras

e aproveitando-as para a construção do conjunto, que demorou quase dez anos a ser concluído. Em 2002 a propriedade foi restaurada após várias modificações sofridas ao longo do tempo em que passou por diversos proprietários até voltar às mãos da família Bratti que, desde então a conserva.

A família explora comercialmente o bem, utilizando-o na locação de cenários para ensaios fotográficos. Eles acreditam na importância do tombamento dos bens e na visibilidade que estes darão ao município de Nova Veneza, o que acreditam ser fundamental para o turismo. O Senhor Bortolotto complementa, dizendo que “esta iniciativa de preservar as casas, somadas a outras que acontecem na região, como por exemplo, a festa *Ritorno alle origini*<sup>8</sup> e o PROGOETHE”<sup>9</sup> fará bem para a cidade.

A sua contribuição para incrementar a visitação às casas de pedra é o desenvolvimento de um projeto que pressupõe a criação de um hotel de arquitetura contemporânea que tenha uma ligação às casas de pedra. O empreendimento está previsto para ser iniciado no próximo ano.

Após esta conversa, vou ao encontro das casas que ficam numa localidade chamada Caravaggio. O acesso é feito por rua sem pavimentação, cortando propriedades rurais, num caminho rico em paisagens de pequenas plantações, verde abundante e também de elevações. As casas são indicadas por uma placa, na entrada da propriedade. O conjunto é composto por três casas com funções residenciais. Uma delas é o sobrado que abriga sala e quartos. A segunda edificação abriga a cozinha e a terceira que, atualmente cumpre a função de estrebria. Tal propriedade, que é protegida pelo tombamento estadual, e já consta no cadastro do acervo do IPHAN é sugerida para que sua inscrição seja feita nos Livros do Tombo das Belas Artes, Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico pois possui

*Expressividade singular da implantação do conjunto e dos imóveis que o compõe, são os primeiros adjetivos de quem procura descrever o conjunto da Família Bratti”. O conjunto é formado pela implantação de três edificações de alvenaria de pedras aparentes, evidenciando esmero construtivo,*

---

<sup>8</sup> É uma festa promovida pela Prefeitura Municipal de Urussanga cuja chamada publicitária este ano foi “venha celebrar o ano da Itália no Brasil, na pequena Itália brasileira”. Fonte: Folder da XII Festa della Tradizione Italiana.

<sup>9</sup> Trata-se de um programa que inclui roteiros turísticos que propõe a visitação aos vales de cultivo da uva e produção do vinho Goethe, empreendido pela Associação dos produtores da Uva e do Vinho Goethe.

*composição plástica apurada e qualidade da implantação – harmonizada em meio à paisagem notável.” (...)“composto por três edificações erguidas em alvenaria autoportante de pedras aparentes, (...) [é] absolutamente singular no contexto das propriedades inventariadas em Santa Catarina”. (DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DOS ROTEIROS NACIONAIS DE IMIGRAÇÃO, 2007:255).*



**Figura 10. Propriedade Bratti, Daniela Pistorello, 2011.**

Terminado o trabalho de campo e apresentado, com o relato das atividades realizadas e a descrição das casas, proponho algumas reflexões acerca das impressões apresentadas. Não se trata de rever os processos de tombamento e apontar, com falsa autoridade, o que pode ser ressaltado ou não; ou ainda desenvolver uma crítica leviana a respeito do trabalho desenvolvido pelos técnicos envolvidos no Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, mas sim, de propor reflexões que desnaturalizem conceitos como memória, identidade e patrimônio, e sobretudo nos diferentes usos do mesmo, insistindo na importância de olhar, não apenas para os bens tombados e seus processos repletos de informações, muitas vezes de caráter exclusivamente técnicos, mas para os sujeitos sociais do processo, que na mesma medida, são esquecidos; daí a pequena contribuição deste trabalho.

Em primeiro lugar, não podemos perder de vista o objetivo do órgão preservacionista que é a apropriação dos bens (notemos que já mapeados e tombados em nível estadual) e sua indicação de tombamento em nível federal para que sirva de matéria prima na construção de uma memória imigrantista que leva em conta uma identidade étnica, proposta pelos Roteiros Nacionais de Imigração. Uma questão importante a ser observada é, que memória é esta que o Projeto Roteiros Nacionais de imigração constrói e a partir de quais pressupostos identitários?

Afirmo que há uma memória em construção, pois ela é organizada e apropriada “em função das preocupações pessoais e políticas do momento” (POLLAK, 1992:4) e aludo às questões relativas ao conceito identidade porque entendo que há “uma estreita ligação fenomenológica entre memória e o sentimento de identidade”, (POLLAK, 1992:5) conforme complementa o autor.

Se a memória é fator importante de afirmação para a identidade, quando organizada/manipulada por agências governamentais para alcançar seus objetivos, pode servir de instrumento de definição de alteridade. Este argumento, emprestado de Fátima Althoff<sup>10</sup> permite-nos atentar para que “em nome das identidades culturais que ela parece catalisar, a memória administrada impõe-se como espelho das comunidades ideais” (JEUDY, 1990:24).

Esta idéia vai ao encontro do que percebi nos documentos oficiais, pois homogeneiza os bens indicados para tombamento em nível federal, com base nas características recorrentes e/ou singulares dos bens em questão, apresentando, confortavelmente as comunidades detentoras dos bens como se a relação entre elas, os bens e os órgãos públicos de preservação constituíssem vozes uníssonas, num processo linear.

Nesse sentido é que memória e identidade estão longe de serem consensuais, pois “identidade é um fenômeno que se produz em referencia aos outros, (...) e que se faz por meio de negociação direta com outros”. (POLLAK, 1992:5).

Não é à toa que as falas dos entrevistados - sujeitos que ressignificam o bem para além das técnicas construtivas – destoam do discurso oficial em relação a este ponto, pois sua preocupação está muito mais voltada às formas de apropriação do bem, do que de fato, às questões que o identificam ou não com uma cultura imigrantista. É muito mais o “Estado [que] perpetua seu papel de grande identitário, de distribuidor de identidades, determinando os grandes símbolos de referência,” (JEUDY, 1990 p.100) do que uma discussão da comunidade representada por este pequeno universo da pesquisa.

Outro aspecto importante, muito presente nas justificativas da indicação dos bens para tombamento em nível nacional é identificação dos mesmos como singulares, excepcionais, raros, originais e /ou autênticos. Sem entrar no mérito da discussão de conceitos como autenticidade e originalidade, tão caros aos restauradores e não menos

---

<sup>10</sup> ATHOFF, Fatima Regina. Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio Urbano de Joinville. Florianópolis, 2008. 185 p. Dissertação de mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

polêmicos, gostaria, minimamente de apontar o quanto o sentido destas palavras são polêmicos pois nunca o são em si, mas em relação a um outro. Há que se levar em conta talvez, que a arquitetura em questão, é um trabalho que não necessariamente deva ser tratado na chave do autêntico, mas de uma arquitetura sem autores, um dos valores da arquitetura vernacular. Estes termos também evocam um estatuto de verdade ao documento – no caso, o bem – que, de forma geral, tem relação direta com a produção de uma história presa aos convencionalismos, ditos científicos, recorrentes no século XIX. Nesse sentido, o bem tombado cumpre o mesmo papel do chamado documento oficial: se autêntico e original, verdadeiro.

Outro aspecto que gostaria de discutir é a relação entre aquilo que foi lembrado e esquecido no levantamento dos bens, pois

*tanto aqueles que cujo trabalho consiste em tornar o passado da nação perceptível para o público, bem como aqueles que visitam estes sítios e que consideram que este passado é significativo, reconhecem freqüentemente que o processo de construção e reposição de nossa herança é, na melhor das hipóteses, uma verdade parcial (Karp e outros, 1991; Kurin, 1997). Do ponto de vista vernáculo, a paisagem invisível do nosso passado reconstruído implica sempre uma paisagem invisível”. (GABLE, 2006:111)*

Nesse sentido, o “jogo” do visível e do invisível; da lembrança e do esquecimento aparece em todo o momento do percurso realizado como faces de um mesmo processo e não em oposição um ao outro. Ora, se Paul Ricoeur afirma que o “esquecimento designa o caráter *despercebido* da perseverança da lembrança”, (RICOEUR, 2007:22. Grifo do autor), lembrar é esquecer.

Diante disto, gostaria de chamar a atenção para os dois momentos do campo que considero chave para elucidar este aspecto: o primeiro deles é a discussão que aparece de forma muito frágil nos dossiês e que no recorte em questão é praticamente ausente: a invisibilidade com a qual as edificações industriais nas áreas rurais são tratadas. Embora concorde que “o interesse pela preservação do patrimônio industrial é relativamente recente e deve ser entendido no contexto da ampliação daquilo que é considerado bem cultural” (Kühl,<sup>11</sup> quando se trata de bens que se localizam nas áreas rurais, a sua invisibilidade é muito maior. Dos bens levantados que possuem características de

---

<sup>11</sup> Beatriz Mugayar Kühl Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. Fonte: Fonte: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=165> Revista eletrônica do iphan.

patrimônio industrial - embora a referência a eles não seja como tal -, duas são destacadas: a propriedade BEZ Fontana que possui uma marcenaria em funcionamento e a casa BARZAN que possui vestígios de uma cantina de vinho que está desativada. De certa forma, em ambos os casos os registros de inventário minimamente fazem alusão aos equipamentos, a sua importância para a compreensão de atividades ligadas ao mundo do trabalho embora pudessem ampliar o debate. Já não é o caso da indústria em ruínas, que desenvolvia atividades ligadas à ferraria, atualmente em total abandono e nem se cogitou ser inventariada. Nos caminhos percorridos uma série de outras edificações com o mesmo fim foram encontradas e não são citadas aqui porque não foram devidamente sistematizadas por mim até o momento da pesquisa.

O segundo deles diz respeito ao esquecimento a que foram submetidos os documentos encontrados no sobrado Mazzuco - que embora não integrem os bens arrolados neste campo – chamam atenção pela contribuição que o estudo destes documentos pode trazer à comunidade. São atas de reuniões, cadernetas de compra, notas fiscais e livros-caixa da antiga casa de banha que funcionou da década de 1920 até a década de 1970.

Por fim, a quem serve esta produção do passado no presente? Gostaria de fazer referência à discussão, não menos problemática, que aparece na proposta geral dos Roteiros Nacionais de Imigração e que encontra ressonância na fala do senhor Bortolotto: a questão do Turismo.

Nos discursos, presentes nos dossiês do patrimônio cultural, parece amplamente consensual assumi-lo como um bem próprio, algo pertencente a todos os membros de uma comunidade que merece ser, como tal, social e politicamente defendido ou conservado. É dentro desta chave que comumente é pensado o patrimônio cultural e é a partir dela que a atividade turística apresenta o turismo cultural

*como um caminho para a obtenção de fundos necessários à preservação da herança cultural e como uma ferramenta para proporcionar o desenvolvimento econômico local, regional e até mesmo nacional. (DIAS, 2006:36)*

Esta é uma forma de apresentar o patrimônio cultural adotado pelo turismo, o que não deixa de ser uma forma bastante generalista de pensá-lo; coloca-o em última instância, numa “nova ênfase mercantilista que a identidade enquanto objecto e legado patrimonial tem vindo a evidenciar.” (Viana, 2006 p. 150) Para que isso seja contemplado ,

*Recorrem [os empreendedores] ao etnográfico como pretexto ou argumento para favorecer passeios turísticos pela identidade. Uma identidade que se transformou, cada vez mais, em moeda de troca e mercadoria nas reivindicações regionalistas ou nacionalistas. Uma identidade reconstruída como uma diferença em relação aos outros, e ao que se pode obter dos outros, mais do que como defesa do próprio. Uma identidade com que se possa competir em singularidade e exotismo perante diversas administrações, procurando reactivar economicamente zonas previamente condenadas ao abandono ou ao desaparecimento pelas políticas dessas mesmas instituições. Trata-se de (...) reinventar rotas do típicos a partir de um 'antes', bastante atemporal; de criar tuneis com portagem para regressar a um passado tão duvidoso que, como tal, provavelmente nunca existiu. A identidade parece ter-se assim transformado, muito mais do que num sentimento ou numa paixão, num produto de mercado.” (Viana, 200:150)*

Ainda que estas iniciativas não tenham o mesmo tratamento dado ao turismo com base no patrimônio cultural como alguns países o fazem, como por exemplo as rotas culturais e turísticas do patrimônio industrial na Europa<sup>12</sup> - é importante que as instituições responsáveis pela gestão do patrimônio ampliem o debate sobre o tema, percebendo que não há nada fixo nem natural e original na conceituação do patrimônio, mas que se trata de uma construção de valor e sentido que determinam as múltiplas apropriações do bem.

## REFERÊNCIAS

ALTHOFF, Fátima Regina. **Políticas de preservação do patrimônio edificado catarinense: a gestão do patrimônio Urbano de Joinville.** Florianópolis, 2008. Dissertação de Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Universidade Federal de Santa Catarina.

CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da cultura/IPHAN, 1995.

DE LUCCA, Virginia Gomes. **O patrimônio arquitetônico e a paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana.** Florianópolis, 2007. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural.** Os recursos que acompanham o crescimento da cidade. São Paulo: Saraiva, 2006.

GABLE, Eric. **Paisagens invisíveis. Herança histórica, esquecimento e a problemática da identidade.** In.: Patrimônios e identidades. Ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006.

---

<sup>12</sup> Algumas destas rotas são apresentadas na coleção *Los ojos de La memoria*; número 03: Rutas Culturales y turísticas del patrimonio industrial publicado pela Asociación de Arqueología Industrial.

- JEUDY, Henri-Pierre. Memórias do Social. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- KÜHL, Beatriz M. **Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação.** In.: <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=165>. Acesso em maio de 2011.
- POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.128-137, 1992.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2007
- URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas.** 3ed. São Paulo: SESC : Studio Nobel, 2001.
- VIANA, Luiz Díaz G. **O patrimônio cultural ou os consumos da nostalgia. Cultura material e imaterial nos passeios turísticos pela identidade.** In.: Patrimônios e identidades. Ficções contemporâneas. Oeiras: Celta Editora, 2006.